
Impactos mercadológicos e
sociais do
Projeto de Lei nº 3887/2020

Carlos Ragazzo

Histórico da imunidade tributária e crescimento do setor

O histórico da imunidade tributária dos livros



A imunidade de impostos sobre livros, jornais e periódicos é uma garantia constitucional que começou a ser construída na **década de 1940** e foi consolidada na Constituição de 1988.

Embora o PIS e a Cofins sejam contribuições e não impostos, a Lei no 10.865 de 30 de abril de 2004, foi alterada para **reduzir a zero a alíquota** de importação e receita bruta decorrente da venda de livros no mercado interno e externo;

Da mesma forma, em decisão de repercussão geral emitida pelo STF, se consolidou o entendimento de que a imunidade objetiva em relação aos impostos não estaria restrita a livros físicos, **alcançando também o formato digital (“e-book”)** e os suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo (“e-readers”).

*Supremo Tribunal Federal. Plenário. RE 330817/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 8/3/2017.

Lei 10.753 de 30 de outubro de 2003

Institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - promover e incentivar o hábito da leitura;

VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

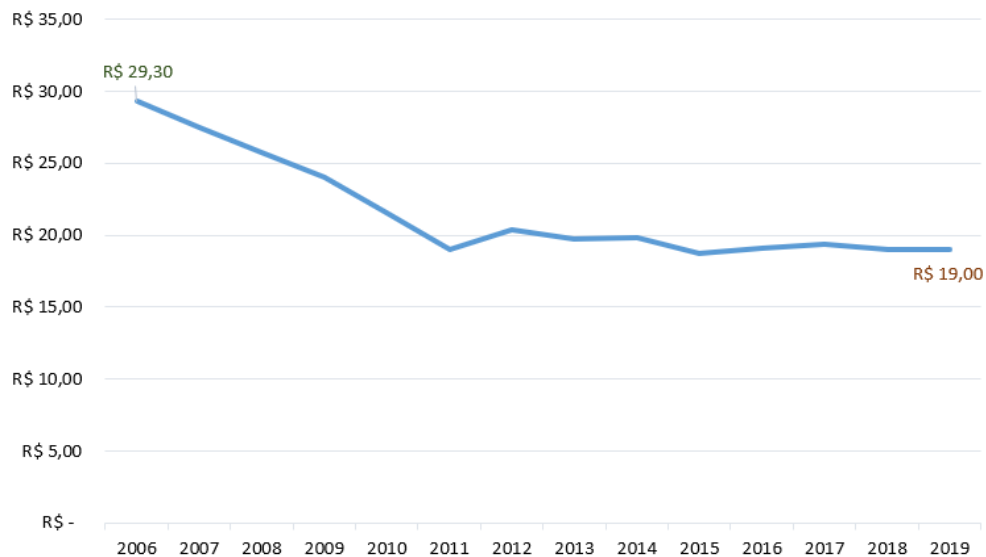
XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

Logo após o início da alíquota zero prevista na Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004, houve uma **tendência de redução nos preços, que chegou a 33% em um período de 5 anos**, bem como um crescimento expressivo de 90 milhões de exemplares vendidos no período compreendido entre 2006 e 2011.

SNEL. Produção e Vendas do Setor Editorial. Disponível em: <<https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2018/02/ano-base-2012.pdf>>

Após a isenção, **o preço médio do livro passou de R\$29,30 em 2006 (valor original de R\$14,20 corrigido pelo IPCA-IBGE)** para R\$19,00 em 2019; uma queda de 35%.

Gráfico - Variação do preço médio dos livros (atualização IPCA-IBGE)

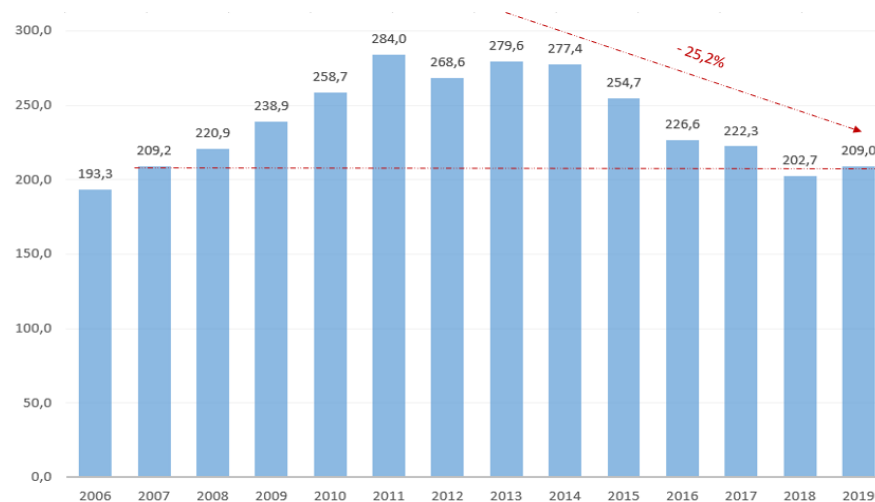


Fonte: Elaboração Própria com base em dados Snel e CBL (2020)

Evolução do Número de Livros

Por se tratar de uma **indústria afetada por renda** (e com consumidores sensíveis a preço), após o início dos períodos de recessão no Brasil, o mercado começou a entrar fortemente em declínio, com maciça redução de volume comercializado.

Gráfico – Crescimento do nº de exemplares vendidos ao mercado (1MM exs)



Fonte: Elaboração Própria com base em dados Snel e CBL (2020)

45% do consumo de livros no Brasil é realizado por famílias com renda abaixo de R\$ 5.724,00, que representam 74% do total das famílias no Brasil.

Gráfico – Consumo de livros por Classe de Rendimento Familiar

Tabela 1.1.1 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2017-2018

(conclusão)

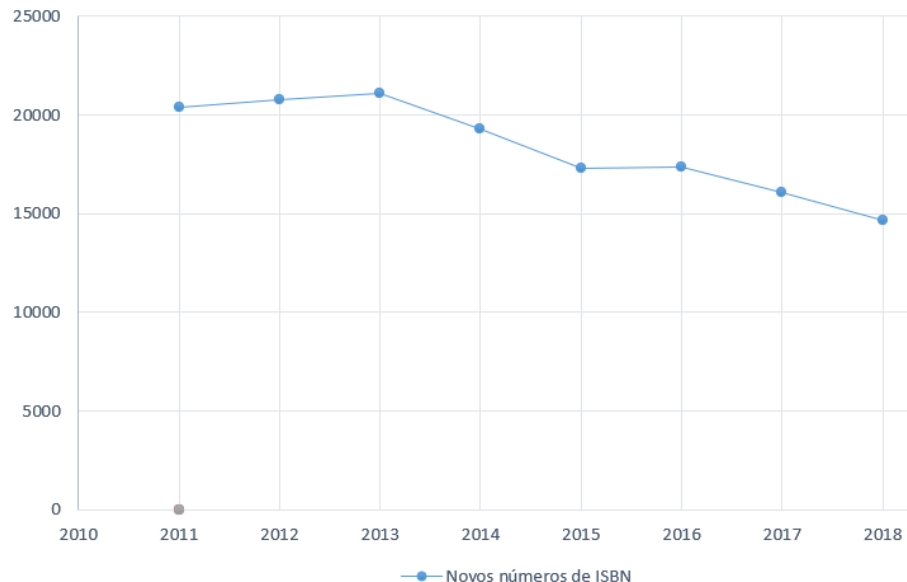
Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1)						
		Até 1 908 (2)	Mais de 1 908 a 2 862	Mais de 2 862 a 5 724	Mais de 5 724 a 9 540	Mais de 9 540 a 14 310	Mais de 14 310 a 23 850	Mais de 23 850
Livros didáticos e revistas técnicas	12,56	5,92	7,79	12,70	17,30	19,64	32,40	37,62
Periódicos, livros e revistas não didáticos	6,01	0,81	1,57	3,87	8,66	14,95	25,46	50,71
Número de famílias	69 017 704	16 737 438	13 079 821	21 099 497	9 509 008	4 256 727	2 629 450	1 705 764
Tamanho médio da família (pessoas)	3,00	2,72	2,83	3,16	3,27	3,15	3,06	3,07
Consumo total em livros	1.281.658.763,28	112.642.957,74	122.427.124,56	349.618.665,29	246.853.847,68	147.240.186,93	152.139.977,00	150.670.134,12
% sobre o total por Classe de Rendimento		8,79%	9,55%	27,28%	19,26%	11,49%	11,87%	11,76%

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) IBGE 2017/2018

Possíveis impactos da nova tributação.

Consequências ao mercado: redução da biodiversidade

Evolução no número de ISBNs registrados no Brasil



Fonte: Elaboração Própria com base em dados FIPE (2019)



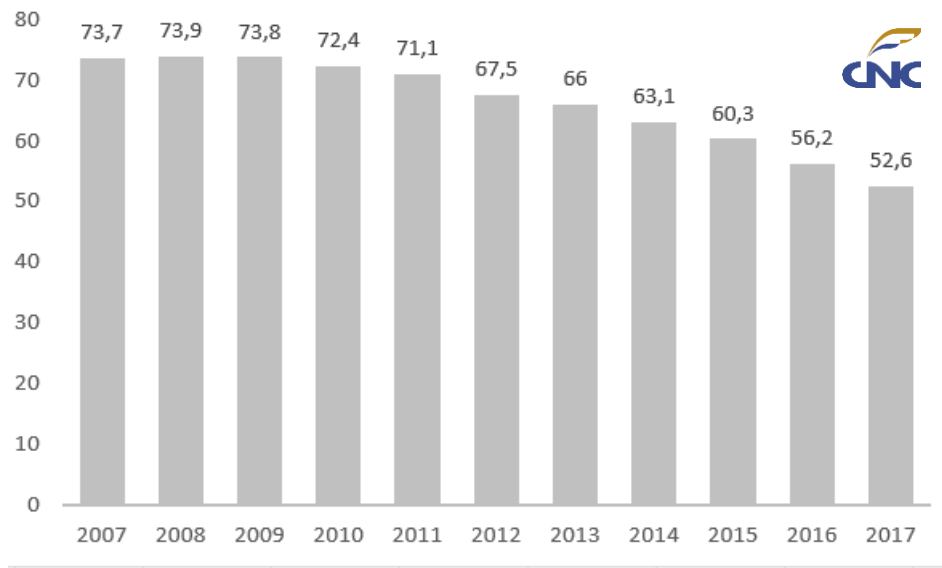
O número de obras novas (desconsiderando as reimpressões) passou de 20.406 em 2011 para **14.639 em 2018** (o que corresponde a uma queda de 28,2%; ou seja, 5.767 obras registradas)



Na **França** e na **Alemanha**, países bem menos populosos, foram publicadas, respectivamente, **106.799** e **71.548** novas obras, o que revela que o número inicial a partir do qual a tendência de queda se origina já é baixo.

Consequências ao mercado: agravamento da crise do mercado de revenda

Gráfico – Evolução do Número de pontos de venda de livros



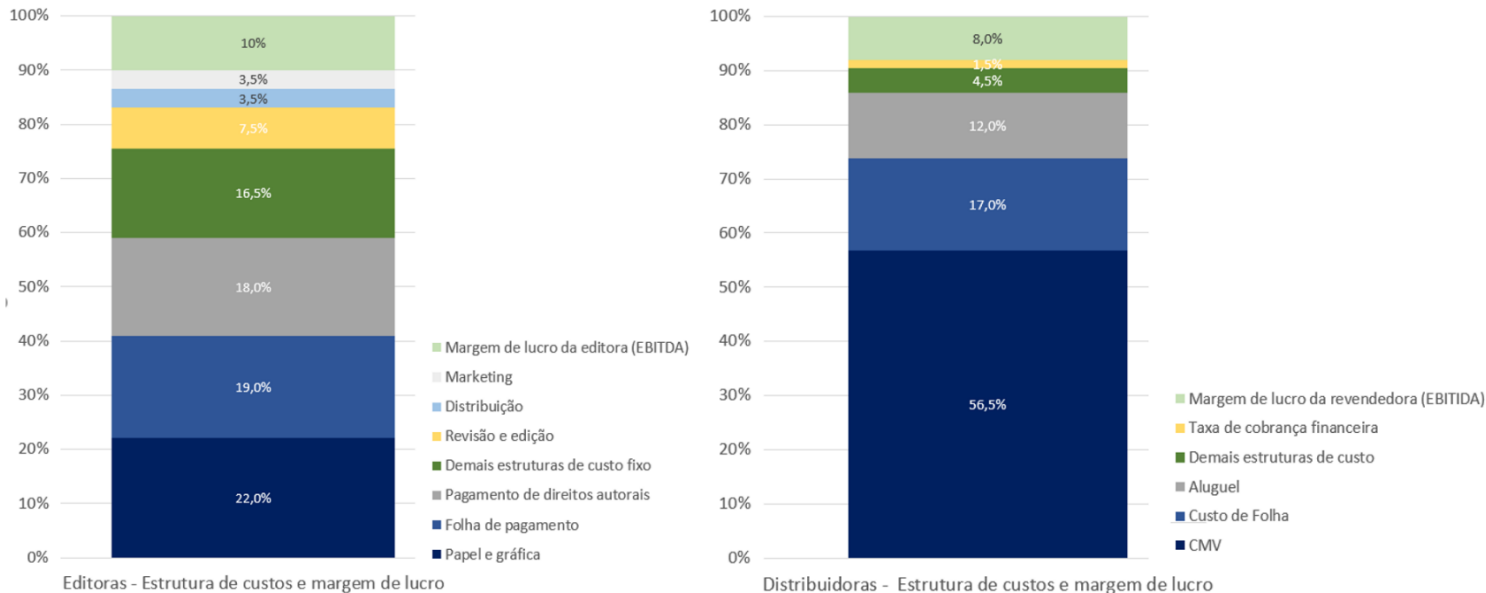
Fonte: CNC via G1 (2018)

Apenas **17,3%** dos municípios brasileiros possuem livrarias

Sem considerar a eventual incidência da CBS e antes mesmo da crise do coronavírus, já havia forte retração do número de lojas físicas (**queda de 29% em um período de 10 anos (2007 a 2017)**)

Baixa possibilidade de compensação por meio de desoneração de custo de folha

Gráfico - Estrutura de Custos: Editoras e Revendedoras



Fonte: Elaboração própria a partir de estimativas do SNEL



O exemplo do **Quênia**:

Até 2013, os livros eram isentos de tarifação no país, quando o governo optou por impor um IVA padrão ao setor, aplicando uma alíquota de 16%. Como efeito imediato, no primeiro ano após a mudança regulatória, as vendas tiveram **queda de 40%**, a pirataria cresceu e a indústria entrou em uma crise sem precedentes.

IPA. VAT on books. The IPA-FEP Annual Global Report, 2018. Disponível em: https://www.internationalpublishers.org/images/aa-content/news/news-2019/IPA_ANNUAL_GLOBAL_REPORT_2018_2.pdf



O exemplo da **Suécia**:

No sentido oposto, na Suécia, os efeitos da **diminuição do IVA** puderam ser observados empiricamente: tendência imediata de queda no preço dos livros, chegando a um decréscimo de cerca de 12%. As vendas, por sua vez, tiveram um **aumento de 16%**. Por fim, houve também um aumento na diversidade dos títulos.

AHLMARK, Cultural VAT on Books: An Evaluation of the First Three Years, Swedish Booksellers' Association and Swedish Publishers' Association, 2003.

Consequências sociais: queda nos índices de leitura

Nos últimos anos, diversos países vêm alertando para a queda nos índices de leitura.

Retratos da leitura no Brasil



No Brasil, no entanto, a situação pede maior cuidado:

Apenas **56%** dos brasileiros leram pelo menos um livro inteiro ou em partes nos últimos 3 meses;

Existe uma concentração muito grande em apenas um título (Bíblia: **42%** dos entrevistados);

Cerca de **30%** dos brasileiros jamais comprou um livro;

67% dos brasileiros não contou com uma pessoa que incentivasse a leitura durante toda a sua trajetória.

Consequências sociais: atraso do desenvolvimento humano

Embora não exista uma relação causal direta, dado o grande número de variáveis que influenciam o IDH, sem dúvida o acesso a livros é um diferencial para o aprimoramento da educação, da qualidade de vida e da renda.

Tabela - Posicionamento no IDH x nº de livros adquiridos por pessoa

Ranking IDH	País	Nº de cópias vendidas no setor comercial e educacional/população
15º	UK	9,8
15º	U.S.	7,9
26º	França	6,3
1º	Noruega	3,8
12º	Finlândia	3,7
6º	Islândia	3,7
79º	Brasil	1,67
76º	México	0,98
79º	Colômbia	0,73

Fonte: Elaboração própria com base em IDH (Pnud); estimativas oficiais da população por país; e IPA (2018).



- (i) Cerca de **50%** dos jovens não atingiram o nível mínimo da proficiência esperada até o final do ensino médio em leitura;
- (ii) **Dois terços** dos brasileiros de 15 anos sabem menos do que o básico de matemática;
- (iii) Os estudantes brasileiros estão **dois anos e meio abaixo** dos países da OCDE quanto aos níveis de escolarização e proficiência em leitura e mais de três anos e meio atrás dos países da OCDE na proficiência de matemática;
- (iv) Apenas **0,2%** dos alunos atingiu o nível máximo de proficiência em leitura e 0,1% em matemática.



Diversos estudos apontam efeitos positivos decorrentes do incentivo à leitura:

Melhora no desempenho escolar;

Ampliação das habilidades sociais e comportamentais e aumento das chances de inserção de grupos de baixa renda;

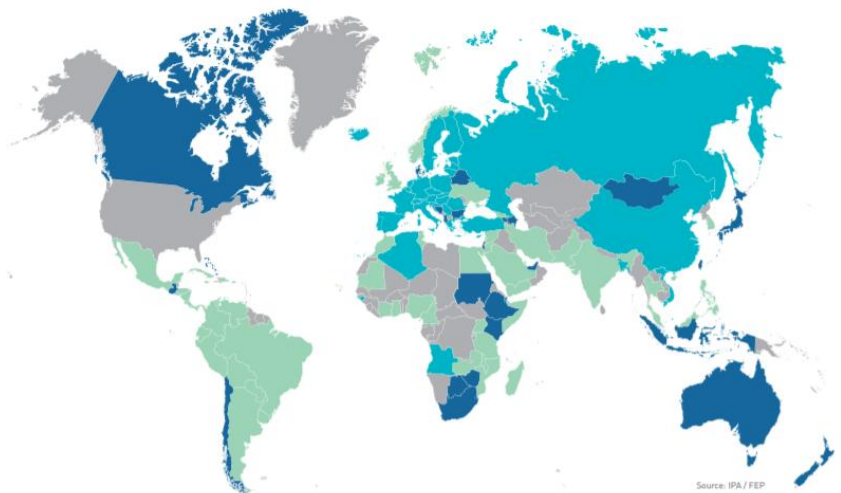
Aumento da produtividade no ambiente de trabalho, o que é recompensado com salários mais altos e melhores oportunidades de emprego.

Consequências sociais: contramão de um movimento mundial

A criação de um tributo incidente sobre a cadeia de produção e distribuição de livros vai na direção contrária de campanhas internacionais e de movimentos que têm advogado por maior incentivo à leitura.

PRINTED BOOKS AND VAT, 2018

■ Standard rate of VAT for printed books ■ Reduced rate of VAT for printed books ■ Zero-rate of VAT for printed books
■ Not surveyed



Fonte: IPA (2018)

Fonte: INTERNATIONAL PUBLISHERS ASSOCIATION. VAT on Books. The IPA-FEP Annual Global Report. 2018. Disponível em: <
[https://www.internationalpublishers.org/images/aa-content/news/news-2019/IPA ANNUAL GLOBAL REPORT 2018 2.pdf](https://www.internationalpublishers.org/images/aa-content/news/news-2019/IPA_ANNUAL_GLOBAL_REPORT_2018_2.pdf)>

Obrigado!

www.carlosragazzo.com.br